



# Reajuste ínfimo para inflação galopante

Salários dos servidores derretem 54,01% em oito anos. Enquanto isso, governo faz caixa e encolhe o Estado

Páginas 3 a 8



**Veja os impactos da adesão do Estado ao Regime de Recuperação Fiscal**

Páginas 9 a 11

**Reestruturação das carreiras: Eduardo Leite prometeu, mas não cumpriu**

Páginas 14 e 15

**EDITORIAL**

Foto: Carlos Macedo



**Antonio Augusto Medeiros**  
*Diretor-presidente do Sintergs*

# Pleitos do funcionalismo devem pautar escolhas nas eleições

A campanha eleitoral é uma das oportunidades que as trabalhadoras e os trabalhadores do serviço público, da iniciativa privada e os aposentados têm de fazer valer o direito de lutar pelo poder e tomar as rédeas do destino do País e do Estado.

Vivemos um momento de retirada dos direitos dos trabalhadores, precarização das relações de trabalho, ampliação das desigualdades sociais, fome, miséria e de ataque aos serviços públicos com a diminuição do papel do Estado. Por meio de uma política e de um dogma da austeridade, esta narrativa estática, irreversível e construída nos é imposta por grande parte dos canais de informação. Consideram a sociedade e essa política eternas e suas contradições teóricas e práticas como

secundárias e desprovidas de fundamento.

Quem de nós nunca ouviu a afirmação de que precisamos matar o doente pela cura, da necessidade do remédio amargo ou de estarmos a pagar pelo erro do passado. Assim, tentam justificar o ataque às políticas sociais, a entrega do patrimônio público, o extermínio do serviço público ou até mesmo da Constituição cidadã de 1988, que no artigo 6º prevê os direitos sociais fundamentais.

Apresentam um inédito culto não expiatório, mas culpabilizador. No capitalismo e nessa narrativa da austeridade, a intenção é nos colocar a culpa e a responsabilidade perante a sociedade. Agora, o que isso tem a ver com a situação que nós, trabalhadores do serviço público, enfrentamos? Tudo. Pois,

muitas vezes, validamos esses projetos nas sucessivas eleições.

O governo Eduardo Leite/Rainolfo Vieira Júnior realiza a mesma política do governo federal, representada em muitas candidaturas, em suas mais variadas apresentações e tons nesta eleição ao governo do Estado do Rio Grande do Sul. Tratam apenas do corte de gastos, sem propor alternativas para aumentar as receitas. Como resultado, geram a estagnação econômica e o estrangulamento do mercado interno pela queda da renda real do trabalho.

Ou trazemos o debate de temas como reajuste dos salários dos servidores e reforma administrativa para o centro de nossas escolhas eleitorais, ou seremos vítimas voluntárias do extermínio do serviço público. ■

**SALÁRIOS**

# Descaso com servidor corrói poder de compra

Carrinho do servidor está cada vez mais vazio com perdas de 54,01% acumuladas em oito anos

**A reposição de apenas 6% em oito anos de inflação acelerada está derrubando o poder de compra dos servidores públicos estaduais. Somadas, as gestões PSDB e MDB derreteram 54,01% dos salários dos trabalhadores. O índice**

**leva em conta o IPCA/IBGE acumulado de 2015 até o final de 2022.**

**O reajuste que não repõe nem a inflação do ano passado foi concedido enquanto o governo aumentava sua sanha arrecadatória. Entre janeiro e abril**

**deste ano, a receita do Estado cresceu 19,2% na comparação com o mesmo período de 2022. Confira, nas próximas páginas, estes dados detalhados na reportagem especial desta edição do informativo Sintergs.**

## SALÁRIOS

# Governo Leite/Ranolfo impõe perdas de 22,58% em quatro anos

As perdas salariais dos servidores do Estado nos quatro anos do governo Eduardo Leite e Ranolfo Vieira Júnior (PSDB) devem chegar a 22,58%. O percentual já considera a reposição de 6% e leva em conta o acumulado do IPCA de janeiro de 2019 até o final deste ano, que deve fechar em 29,94% – incluindo a projeção do Banco Central para os meses de junho a dezembro de 2022. O levantamento exclusivo foi realizado pelo Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (Dieese) a pedido do Sintergs.

O rombo no poder de compra é ampliado para 54,01% em oito anos, considerando-se ainda a inflação de 25,64% nos quatro anos da gestão de José Ivo Sartori (MDB). O governador que comandou o Estado entre 2015 a 2018

não concedeu nem um centavo de reajuste para os especialistas em saúde e analistas de projetos e políticas públicas. Sartori também deixou de pagar os salários em dia a partir de janeiro de 2016, medida que perdurou por 57 meses, até novembro de 2020, quando a folha voltou a ser quitada no prazo.

Anterior ao MDB no comando estadual, o governador Tarso Genro (PT) promoveu correções salariais entre 2012, 2013 e 2014, totalizando 27,53% de reajuste para os especialistas em saúde. Na época, com uma inflação de 27,03%, a categoria teve 0,39% de ganho real. Já a reposição para os analistas foi de 23,88% concedida entre os anos de 2013 e 2014, o que gerou perda de 2,48% ao final dos quatro anos.

Na opinião do presidente do

Sintergs, Antonio Augusto Meideiros, a eleição é a oportunidade de os servidores escolherem projetos que valorizem o serviço público e os direitos sociais fundamentais, garantidos no Artigo 6º da Constituição: educação, saúde, trabalho, lazer, segurança e previdência social, proteção à maternidade e à infância.

“Projetos que visam reduzir o papel do Estado têm de ser rechaçados fortemente pelos servidores. A hora de mudança é agora. É o momento de garantir políticas públicas necessárias para o país que amarga crescente desigualdade social. Precisamos ter consciência dos projetos que esmagam o serviço público e colocam nossas carreiras e o atendimento à população em perigo”, destaca o dirigente.

### Reajuste necessário em 06/2022 considerando os 6% concedidos

Analistas de projetos e de políticas públicas:

50,94%

(IPCA 11/2014 a 05/2022)

Especialistas em saúde:

49,02%

(IPCA 01/2015 a 05/2022)

### Estimativa de perdas de 01/2015 a 12/2022

54,01%

é a perda acumulada desde o governo Sartori até o final de 2022

### Estimativa de perdas de 01/2019 a 12/2022

22,58%

é a reposição que o atual governo deixa de conceder

\*Inclui estimativas do Bacen de 05/2022 para os meses de 6/2022 a 12/2022



Tarso (e) concedeu reajuste de 23,88% para analistas e 27,53% para especialistas, Sartori zero e Leite/Ranolfo, 6%

## Evolução salarial de 2011 a 2022

<b>Especialistas em saúde</b>				
Período	Governo	Reajuste no salário nominal	IPCA no período	Perda ou ganho nos salários reais
01/01/2011 a 31/12/2014	Tarso	27,53%	27,03%	0,39%
01/01/2015 a 31/12/2018	Sartori	0%	25,64%	-20,40%
01/01/2019 a 31/05/2022	Leite	6%	25,73%	-15,69%

<b>Analistas de projetos e políticas públicas</b>				
Período	Governo	Reajuste no salário nominal	IPCA no período	Perda ou ganho nos salários reais
01/01/2011 a 31/12/2014	Tarso	23,88%	27,03%	-2,48%
01/01/2015 a 31/12/2018	Sartori	0%	25,64%	-20,40%
01/01/2019 a 31/05/2022	Leite	6%	25,73%	-15,69%

Elaboração: DIEESE - ERRS

## Reajustes concedidos a partir de janeiro de 2011

<b>Especialistas em saúde</b>			<b>Analistas de projetos e políticas públicas</b>		
Previsão Legal	Vigência	Reajuste	Previsão Legal	Vigência	Reajuste
Lei 14.083 de 16/08/2012	01/07/2012	9%	Lei 14.224 de 10/04/2013	01/03/2013	8%
Lei 14.260 de 10/07/2013	01/06/2013	5%	Lei 14.224 de 10/04/2013	01/10/2013	4,04%
Lei 14.260 de 10/07/2013	01/12/2013	4%	Lei 14.224 de 10/04/2013	01/03/2014	5%
Lei 14.260 de 10/07/2013	01/06/2014	4,5%	Lei 14.224 de 10/04/2013	01/10/2014	5%
Lei 14.260 de 10/07/2013	01/12/2014	2,53%	Lei 15.837 de 18/05/2022	01/01/2022	1%
Lei 15.837 de 18/05/2022	01/01/2022	1%	Lei 15.837 de 18/05/2022	01/04/2022	4,951%
Lei 15.837 de 18/05/2022	01/04/2022	4,951%			

Fonte: Dieese



## SALÁRIOS

# Reajuste de 6% para servidores não repõe nem a inflação de 2021

Foto: Bruna Karpinski



Governador Ranolfo Vieira Júnior recebeu os sindicatos em abril, mas não abriu espaço para negociação

O reajuste de 6% ao funcionalismo foi considerado um absurdo pelo presidente do Sintergs, Antonio Augusto Medeiros. “O percentual é uma migalha oferecida aos servidores públicos, pois representa pouco mais da metade da inflação de 2021 e não considera as perdas que passam de 50% em mais de sete anos sem reposição”, critica.

A economista do Dieese, Anelise Manganelli, contesta a justificativa do governador de que o reajuste era o máximo que poderia ser oferecido para manter os gastos de pessoal no limite prudencial de comprometimento de 46,55% da Receita Corrente Líquida (RCL), exigência da Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF). Segundo estimativas realizadas pelo

Dieese, a partir dos dados disponíveis, o atingimento deste limite somente ocorreria com queda da arrecadação em termos nominais comparado com 2021, o que não deve ocorrer.

Ao propor a reposição apenas no final de março, Eduardo Leite foi o último governador no país a divulgar o percentual de reposição para os servidores públicos, o que demonstra o descaso com os trabalhadores do Estado, consideram os dirigentes do Sintergs. E o percentual ficou bem abaixo do vizinho Santa Catarina, que concedeu 37% de reajuste. “Mais uma vez, o Rio Grande do Sul mostra a face de uma política de ataque e de estrangulamento dos serviços públicos”, avalia o presidente do sindicato.

# Gestão faz caixa às custas de arrocho salarial

Enquanto o governo do Estado eleva a sanha arrecadatória, os servidores pagam a conta. A receita estadual cresceu 19,2%, de acordo com dados divulgados do primeiro quadrimestre de 2022, comparado ao mesmo período do ano passado. O índice ficou bem acima da inflação, que foi de 12,13% (IPCA/IBGE) no acumulado de doze meses até abril. Já os trabalhadores do serviço público estadual tiveram apenas 6% de correção nos salários, ou seja, um terço do percentual de crescimento da arrecadação.

Com receitas em alta e o arrocho salarial, as despesas de pessoal despencaram para 41,84% da Receita Corrente Líquida (RCL) no período de janeiro a abril, bem abaixo do limite prudencial, que é de 46,5%. O índice está em queda desde 2019, quando o comprometimento com pessoal era de 46,65%. Os dados fazem parte de levantamento do Dieese elaborado com exclusividade para o Sintergs.

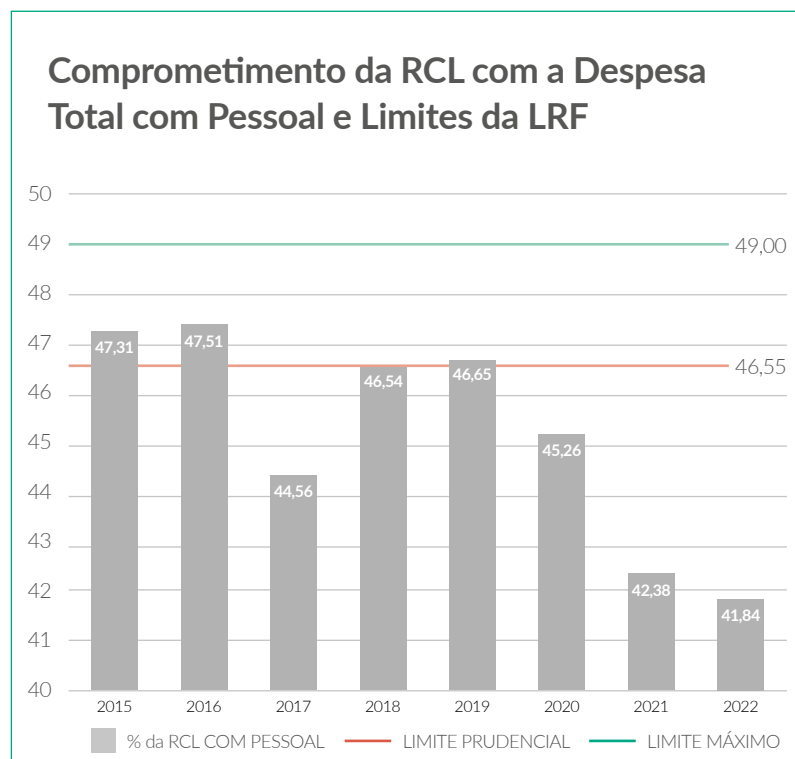
Antonio Augusto Medeiros, presidente do sindicato, chama atenção que essa é a menor fatia da receita com gasto de pessoal nos últimos anos, mesmo com ajustes na metodologia, que in-

cluiu despesas que poderiam elevar o comprometimento. Para o dirigente, é evidente que há espaço fiscal para a reestruturação das carreiras e a reposição da inflação e que, por opção política, o governo não fez e descarta.

"O governo Eduardo Leite/Ranolfo faz malabarismos com os números para apresentar uma política de arrocho e ataque ao funcionalismo e entrega do patrimônio público. Ou seja, os servidores públicos estão sendo sangrados para que o Estado tenha superávit", reforça o

presidente do Sintergs.

A lei de responsabilidade fiscal brasileira impõe limites rígidos para o gasto com pessoal que, por consequência, limita a entrega de política pública à população, em especial a mais carente, explica Anelise Manganeli, economista do Dieese. "O Estado registra superávit em cima do sacrifício dos servidores. A população está cada vez mais desassistida, sem reposição de servidores que se aposentam", destaca a economista.



Fonte: Relatório de Gestão Fiscal CAGE/RS, elaboração Dieese

## SALÁRIOS

# Governo projeta cenário pessimista para a economia

Levantamento do Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (Dieese) mostra que o percentual de reposição oferecido pelo Estado poderia ser maior. A arrecadação com o Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) cresceu 7% no primeiro quadrimestre do ano, índice 2,6% acima do acumulado do IPCA no período, que foi de 4,3%. O argumento para pagar apenas 6% de reposição é que haverá redução de arrecadação no futuro, seja pelo pagamento da dívida, seja pela redução de alíquotas de ICMS.

“A verdade é que o governo não acredita na política econômica que implementa, não acredita no

crescimento do Rio Grande do Sul. Os dados que nos apresentaram em uma reunião justificando a miséria dos 6% são de um cenário catastrófico para o futuro, pois não preveem a possibilidade de o Estado voltar a crescer”, destaca Medeiros. Contudo, esta narrativa é facilmente desmentida pelos indicadores econômicos apresentados pelo Dieese.

O dirigente alerta que as administrações de José Sartori, Eduardo Leite e Ranolfo Vieira Júnior pregam um discurso de austeridade, mas nunca tiveram um projeto de desenvolvimento. “Vieram administrar apenas para pagar a dívida, promover cortes e fazer sangrar os servidores. E estão conseguindo”, lamenta Medeiros.

## Encolhimento na remuneração e no número de servidores

A fragilização dos vínculos de trabalho, a baixa remuneração e a estratégia de culpabilizar os servidores públicos pelos problemas nas contas públicas se refletem na redução do número de trabalhadores. Conforme levantamento do Dieese, de janeiro de 2016 a abril de 2022, o número de servidores ativos caiu 13%, enquanto o total de aposentados cresceu 10%. Na remuneração, houve redução de 14% para o pessoal em atividade e

alta de 17% para os inativos. Mas, entre os aposentados, não foram considerados os aumentos de descontos com o IPE.

Até 2019, os inativos que recebiam até o teto do Regime Geral de Previdência Social eram isentos, como é para os aposentados da iniciativa privada. Com a mudança, a faixa de isenção passou a ser o salário-mínimo nacional, ou seja, a partir de R\$1.212 o servidor inativo já é descontado.

### Número de Servidores da base do Sintergs

	Janeiro 2016	Abril 2022	Varição 2022/2016
Ativo	4.501	3.917	-13%
Inativo	3.332	3.658	10%
<b>Total</b>	<b>7.833</b>	<b>7.575</b>	<b>-3%</b>

Fonte: Dieese



## PRECARIZAÇÃO

# Impacto da adesão ao Regime de Recuperação Fiscal será sentido até 2030

A homologação da adesão do Rio Grande do Sul ao Regime de Recuperação Fiscal (RRF), que ocorreu por meio de assinatura no dia 20 de junho, em Brasília, traz graves consequências, tanto para os servidores quanto para a população. Os impactos serão sentidos até dezembro de 2030, com limitação de investimentos em áreas essenciais, vedação de contratações e escassez de serviços públicos.

A medida impõe o mais rígido controle de gastos da história. “O congelamento dos investimentos públicos e a naturalização da austeridade ampliam as desigualdades sociais e impedem o enfrentamento dos desafios impostos pela pandemia”, avalia Antonio Augusto Medeiros, presidente do Sintergs. O dirigente alerta que o projeto terá consequências desastrosas.

Conforme análise do Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (Dieese), é a concretização do projeto de Estado mínimo, do retrocesso nas despesas sociais. Confira algumas destas consequências, segundo levantamento feito pelo Dieese.



Foto: Itamar Aguiar/Palácio Piratini

Acesso a serviços fundamentais pode ficar prejudicado com redução de pessoal

O estudo ressalta que as vedações independem do cumprimento do teto de gastos, pois, mesmo havendo espaço fiscal, estão vedadas. Os defensores do projeto justificam que o teto é necessário para se ter responsabilidade fiscal, além de ser exigência da União para a adesão ao RRF, mas o governo já conta com a Lei de Responsabilidade Fiscal, que é uma legislação rigorosa. Todo este cenário evidencia que um dos focos do RRF é a desestatização.

### Qual o impacto direto para os servidores?

- as instituições públicas não podem conceder reajuste, aumento ou adequação de remuneração dos servidores, ressalvada a revisão geral (inflação);
- está vedada admissão ou contratação de pessoal, realização de concurso público, criação de despesa obrigatória de caráter continuado e qualquer medida que implique reajuste de despesa obrigatória, ou seja, entre outros desdobramentos significa o congelamento das carreiras;
- contratos temporários somente serão permitidos dentro do número de cargos já autorizados em lei;
- haverá escassez de serviços por parte do Estado pela ausência de servidores e sobrecarga dos ativos.

**PRECARIZAÇÃO**

# Fim da autonomia do Estado

Com a aprovação do Projeto de Lei Complementar (PLC) 48, que trata do teto de gastos, no dia 17 de maio, na Assembleia Legislativa, o Rio Grande do Sul tornou-se apto para adesão ao Regime de Recuperação Fiscal (RRF). Importante alertar que esta decisão terá impacto nas carreiras e na prestação de serviços públicos ao longo dos próximos dez anos. Apesar da pressão do funcionalismo, foram 32 votos a favor da aprovação do RRF e 13 contrários à proposta.

Para o presidente do Sintergs, Antonio Augusto Medeiros, os deputados aprovaram a retirada da autonomia gerencial dos próximos governos no Rio Grande do Sul. “É o congelamento das carreiras em um patamar de extrema desvalorização, onde o Estado concedeu apenas 6% de reposição, diante de perdas de quase 60% em mais de sete anos sem correção alguma”, denuncia.

Segundo o dirigente, a adesão do RS ao RRF representa a entrega do Estado para ingerência do governo federal. “É uma submissão plena, que engessa e amarra qualquer possibilidade de desenvolvimento, de aumento de prestação de serviços e de políticas públicas”, afirma Medeiros.

## Veja como votaram os deputados

### Votaram NÃO

Capitão Macedo	PL
Dalciso Oliveira	PSB
Edegar Pretto	PT
Eduardo Loureiro	PDT
Elton Weber	PSB
Gerson Burmann	PDT
Jeferson Fernandes	PT
Luiz Fernando Mainardi	PT
Luiz Marengo	PDT
Pepe Vargas	PT
Sofia Cavedon	PT
Stela Farias	PT
Zé Nunes	PT

### Votaram SIM

Adolfo Brito	PP
Airton Lima	PODE
Aloísio Classmann	UNIÃO
Any Ortiz	CIDADANIA
Beto Fantinel	MDB
Carlos Búrigo	MDB
Dirceu Franciscon	UNIÃO
Elizandro Sabino	PTB
Ernani Polo	PP
Fábio Ostermann	NOVO
Fran Somensi	REPUBLICANOS
Franciane Bayer	REPUBLICANOS
Frederico Antunes	PP
Gabriel Souza	MDB
Gaúcho da Geral	PSD
Gilberto Capoani	MDB
Giuseppe Riesgo	NOVO
Issur Koch	PP
Juvir Costella	MDB
Luiz Henrique Viana	PSDB
Mateus Wesp	PSDB
Neri o Carteiro	PSDB
Patrícia Alba	MDB
Pedro Pereira	PSDB
Rodrigo Maroni	PSDB
Sergio Peres	REPUBLICANOS
Sérgio Turra	PP
Silvana Covatti	PP
Tenente Coronel Zucco	REPUBLICANOS
Vilmar Lourenço	PP
Vilmar Zanchin	MDB
Zilá Breitenbach	PSDB

# Frente dos Servidores Públicos pressionou pela derrubada do PLC 48

Às vésperas da votação do Projeto de Lei Complementar (PLC) 48, no dia 9 de maio, lideranças sindicais e de instituições representantes de servidores apelaram ao governo pela retirada do regime de urgência. Em coletiva de imprensa realizada pela Frente dos Servidores Públicos do Rio Grande do Sul (FSP-RS) na sede do Cpers Sindicato, associações e sindicatos alertaram sobre as graves consequências da proposta.

Foto: Caco Argemi/CPERS Sindicato



*“O que está em jogo é o pacto federativo. O Estado assume um papel de submissão ao governo federal e deixa os próximos dois governos sem poder de gestão, de promover políticas públicas no Rio Grande do Sul”, afirma Antonio Augusto Medeiros, presidente do Sintergs.*

Foto: Caco Argemi/CPERS Sindicato



*“A adesão veda contratações, o que vai se traduzir em redução de serviços para a população, seja no atendimento na área da saúde, seja na manutenção de asfalto para escoar produção, entre outros”, destaca o presidente do Sindicato de Auditores Públicos Externos do Tribunal de Contas do RS, Filipe Leiria.*

Foto: Caco Argemi/CPERS Sindicato



*“Os próximos governadores vão reinar, mas não vão governar”, afirma a então presidenta do Cpers Sindicato, Helenir Aguiar Schürer.*

ARTIGO

Foto: Carlos Macedo



**Joanes Machado da Rosa**  
Diretor do Sintergs

Mais uma campanha eleitoral aproxima-se e, por incrível que pareça, o servidor público continuará a votar nos seus algozes nas eleições. Com perda de poder aquisitivo que beira à metade do que recebia há sete anos, os espasmos de indignação no período entre as eleições darão lugar à mais absurda alienação produzida pelas mídias da campanha eleitoral, a pessoalização da figura dos candidatos ou a supremacia ideológica conservadora.

Sabemos que os meios de comunicação, na sua quase totalidade, produzem uma eficiente lavagem cerebral nos eleitores, induzindo-os à escolha dos candidatos afinados com a sua causa e de seus patrocinadores. Aliado a isto, a falta de percepção desta manobra e a análise rasa e pouco criteriosa do passado recente, são componentes de eficiência do suicídio político-eleitoral da maioria dos nossos colegas. Embora acompanhando o encaminhamento dos projetos de lei aos legislati-

## O voto é uma arma carregada de significados

vos e o comportamento dos legisladores, os servidores públicos, em elevadíssimo percentual, continuam votando naqueles candidatos que vêm, dia após dia, retirando nossos direitos.

Em política não se pode imaginar que um deputado, seja de qual partido for, apenas por ser das nossas relações ou nosso amigo, vá votar contrário aos interesses de seu partido, de seu presidente, governador ou prefeito. Isto é uma ilusão daqueles que não conhecem os meandros da política. Ademais, os partidos de direita ou de centro-direita não votam favoravelmente aos interesses da classe trabalhadora.

Não basta não votar em candidatos ao executivo que estejam no espectro oposto aos nossos interesses e votar em candidatos a deputado desse mesmo espectro político. Eles irão votar de acordo com seu grupo e o eleitor ingênuo que sofra as consequências. Sobre isto, um questionamento se faz necessário: os servidores que votam em candidatos ligados ao empresariado são necessariamente alienados, masoquistas ou ideologicamente alinhados

à classe social que os espolia?

Custa crer que servidores que se diplomaram em um curso superior e, por conseguinte, devem ter a capacidade de ler as linhas e as entrelinhas, não notem que por baixo da pele de cordeiro está um lobo prestes a devorá-los. Custa a crer que cheguem ao ponto de colocar em jogo sua sobrevivência, num brutal processo de autofagia, ao apoiarem seus algozes. Custa a crer que seja uma atitude “lambe-esporkista”, como diria o Odorico Paraguáçu, tão atavicamente impregnado na elite ilustrada dos servidores da querência amada, que os leve a prestigiar mais a casa grande do que a senzala.

Por vezes, frente a esta realidade, perde-se a esperança por melhores dias, por transformarmos essa massa imensa de trabalhadores do setor público em protagonistas do seu presente e exemplo para os que vierem depois. Ainda há tempo para estancarmos a sangria dos nossos direitos. Reflitamos sobre esta situação e ajamos para salvar o pouco que ainda resta, senão, nem Jesus salvará. ■

## RECURSOS HUMANOS

# Nomeações fortalecem políticas públicas, desafio agora é reter talentos



Foto: Carlos Macedo

O Sintergs comemorou a nomeação de 605 analistas de projetos e de políticas públicas e 423 especialistas em saúde, categorias representadas pelo sindicato. Antes das novas contratações, o total de funcionários nos dois cargos somava 3.917 pessoas em atividade. Com os novos, serão 4.945 servidores na ativa, um crescimento de 26%.

Para o diretor de Comunicação do sindicato, Valdir Fiorentin, a chegada de 2.407 trabalhadores concursados para o quadro permanente, incluindo todas as áreas, é fundamental para a implementação de políticas públicas que estavam comprometidas por falta de pessoal e de investimentos. Mas a nomeação não é suficiente, considera o dirigente.

“Reter talentos só na narrati-

va não funciona, o Estado tem de colocar em prática uma gestão de valorização para que estes servidores permaneçam no serviço público para não haver evasão de pessoal como ocorreu nos concursos mais recentes”, completa.

As nomeações foram publicadas no Diário Oficial do Estado de 4 de julho – 3ª e 4ª edições. A homologação dos aprovados foi publicada no dia 1º de julho.

## Estado concede promoções sem reestruturar carreiras

No dia 4 de julho, o governo do Estado publicou no Diário Oficial do Estado (DOE) as listas de promoções dos cargos de analistas de projetos e de políticas públicas e de especialistas em saúde. “A luta do sindicato foi para que ocorresse a reestruturação

das carreiras e as promoções fossem feitas já com uma nova matriz salarial, tornando a carreira mais promissora, o que infelizmente não foi atendido”, lamenta o presidente do Sintergs, Antonio Augusto Medeiros.



## REESTRUTURAÇÃO

# Ranolfo e Leite viraram as costas para os servidores

O descaso do governo Eduardo Leite e Ranolfo Vieira Júnior com o funcionalismo foi uma constante desde o início da gestão. Essa política de extermínio do que é público fica ainda mais evidente neste momento em que já se esgotou o prazo para encaminhamento do projeto de reestruturação das carreiras apresentado há mais de um ano pelo Sintergs ao governo. A legislação eleitoral veda a aprovação de propostas com impacto financeiro nos 180 dias finais do mandato.

“O governo Eduardo Leite e Ranolfo se caracteriza, definitivamente, pela ausência de diálogo. Além de atacarem os servidores públicos, prometem e não cumprem”, afirma o presidente do Sintergs, Antonio Augusto Medeiros.



Foto: Gustavo Mansur/Palácio Piratini

“Nestes quatro anos, não fizeram melhorias nos serviços públicos e retiraram direitos dos trabalhadores”, ressalta.

Diretor de Política Salarial do Sintergs, Guilherme Toniolo recorda que o ex-governador Eduardo Leite prometeu na campanha eleitoral de 2018 uma reestruturação das car-

reiras para organizar e diminuir as discrepâncias entre as categorias, buscando equalizar e resolver eventuais situações de injustiças nos diferentes quadros. “O Sintergs encaminhou um projeto muito alinhado com o proposto pelo governador, mas o governo simplesmente não levou adiante”, disse o dirigente.

## Confira como foi a negociação com o governo do Estado

# 2021

Junho

- Sintergs apresenta projeto de reestruturação das carreiras ao governo do Estado.

Setembro

- Nova reunião da diretoria do Sintergs com o secretário de Planejamento, Governança e Gestão, Claudio Gastal, e com o diretor de Acompanhamento Estratégico da pasta, Vinícius Piccini.

Dezembro

- Servidores realizam ato no CAFF para cobrar reposição de perdas e andamento do projeto de reestruturação.

Agosto

- Reunião do sindicato com representantes da Secretaria de Planejamento, Orçamento e Gestão (Seplag) e da Secretaria de Planejamento, Governança e Gestão (SPGG) para tratar do plano de reestruturação.

Outubro

- Equipe técnica da SPGG emite parecer positivo, reconhecendo que o projeto do sindicato apresenta elementos importantes quanto à reestruturação da carreira dos servidores e faz alguns apontamentos.
- No dia do Servidor Público, o Sintergs devolve o projeto ao secretário Gastal com os ajustes apontados e solicita encaminhamento à Casa Civil.

Foto: Bruna Karpinski



Claudio Gastal, da SPGG, recebeu a diretoria do Sintergs para falar sobre o projeto

## Gastal também não cumpriu com a palavra

Atendendo a demanda antiga dos associados, o projeto de reestruturação das carreiras elaborado pelo Sintergs prevê, entre outras mudanças, a transformação da remuneração dos analistas de projetos e de políticas públicas, dos especialistas em saúde e dos extranumerários em subsídio – que é quando os

valores recebidos pelos servidores são somados e transformados em um único valor. O subsídio dá mais estabilidade econômica ao trabalhador e maior previsibilidade financeira ao Estado, sendo uma mudança que beneficia os dois lados.

Em fevereiro deste ano, o secretário de Planejamento, Governança

e Gestão (SPGG), Claudio Gastal, recebeu a diretoria do Sintergs para tratar do projeto e concordou com a necessidade. “Indiscutivelmente, o Estado tem que fazer uma reestruturação das carreiras”, disse o titular da pasta na ocasião, se manifestando favorável, também, ao subsídio. Estavam presentes a subsecretária de Gestão e Desenvolvimento de Pessoas, Iracema Castelo Branco, a diretora de Gestão de Pessoas, Andrea Pasquini, e o diretor geral da SPGG, Robson Ferreira.

Nesta reunião, Gastal solicitou prazo de uma semana para dar uma posição do governo sobre a proposta. Assim como Leite, o titular da pasta não cumpriu com a palavra e a resposta nunca chegou. “Somente a reestruturação pode tornar as carreiras atrativas novamente. É notório o desinteresse dos profissionais de nível superior em ingressar no Estado”, afirma Medeiros, lamentando a baixa procura pelos concursos públicos realizados este ano.

2022

Janeiro

- Deputado Airton Lima participa de encontro com diretores do Sintergs e representantes do núcleo regional em Cachoeira do Sul e manifesta apoio ao projeto.

Março

- Servidores protestam em frente ao Palácio Piratini por reposição da inflação e pela reestruturação das carreiras.

Junho

- Diretoria do Sintergs entrega ofício na Casa Civil cobrando a reunião prometida pelo governador do PSDB, que nunca ocorreu.

Fevereiro

- Deputado Elton Weber declara apoio à reestruturação das carreiras dos servidores estaduais.

Abril

- Deputado Frederico Antunes, líder do governo, se compromete a articular agenda com o governador Ranolfo para tratar da reposição salarial e garantiu que pautas específicas como a reestruturação seriam articuladas a partir deste encontro.
- Ranolfo Vieira Júnior recebe os sindicatos de servidores para tratar da reposição da inflação e foi aberta a possibilidade de negociar outros avanços, como a reestruturação das carreiras.

CAMPANHAS

## Sintergs pressionou pela reestruturação



Para pressionar o governador Eduardo Leite a negociar a reestruturação das carreiras, em janeiro o Sintergs atualizou o áudio da campanha que estava no ar desde dezembro na Rádio Gaúcha. Os spots, que foram veiculados no programa Timeline, diziam:

“Quem promete novas façanhas deve se envergonhar de falsas promessas. Em 2018, Eduardo Leite assinou o compromisso de receber o Sintergs e negociar a reestruturação das carreiras no serviço público, mas há três anos nos ignora sem diálogo. Enquanto isso, seguramos a onda na pandemia, e sofremos há sete anos sem reposição e com mais de cinquenta por cento de perdas salariais. Governador, ainda há tempo de honrar a sua palavra. Sindicato dos Servidores de Nível Superior do Rio Grande do Sul – Sintergs, segurando a onda.”

## Sindicato subiu o tom e deu o recado para Eduardo Leite



Em março, entrou no ar uma nova fase da campanha salarial, subindo o tom para cima do governador Eduardo Leite, que no fim do mês renunciou sem conceder a reposição da inflação para os servidores estaduais. “Governador Eduardo Leite, sem reposição da inflação, sua reputação vai AZEDAR”, avisou o Sintergs.

A campanha contou com spots no Programa Timeline, da Rádio Gaúcha, e no Jomal BandNews Porto Alegre 2ª Edição, da Band News FM, durante três meses, além de outdoors digitais em diversos pontos de Porto Alegre e peças em redes sociais.

DESENVOLVIMENTO

# Fundação Nhandé Kueri promove primeiro curso de formação política

A Fundação Nhandé Kueri promove o curso gratuito de Formação Política – Auto-emancipação e autonomia intelectual dos trabalhadores. A atividade marca o lançamento da instituição, visando a ampliação do horizonte político e intelectual dos servidores e servidoras. O curso faz parte do plano de ação da Fundação, que está em fase de elaboração pelo grupo de trabalho (GT) instituído em 3 de fevereiro. Nesta mesma data, foi eleito o Conselho Curador, que atualmente é liderado pela presidenta Angela Antunes de Souza e pelo vice-presidente Marcio Roberto Teixeira.

“A expectativa é que a Fundação seja importante tanto na formação profissional e no apoio à formulação de políticas públicas, quanto para o desenvolvimento humano, seja por meio da qualificação, da valorização, da promoção da saúde e do bem-estar dos trabalhadores e trabalhadoras do serviço público”, afirma Angela.

A dirigente ressalta que a Fundação Nhandé Kueri foi criada a partir de uma construção coletiva de servidoras e servidores vinculados ao Sintergs.

Durante um ano, os alunos irão tratar de temas como poder, classes sociais, formação social, subdesenvolvimento, dependência, revolução, cultura, estado e teoria das organizações. “É um curso para entender o Brasil na perspectiva de interesse da classe trabalhadora”, destaca Marcio.

O curso foi desenvolvido pelo professor Nildo Domingos Ouriques, da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), que irá ministrar as aulas. Os temas que fazem parte do programa foram selecionados com rigor e correspondem a problemas centrais dos desafios políticos e sindicais. As aulas são mensais, divididas entre presenciais e on-line, a partir de 12 de agosto e terão duração de um ano.

CURSO

## FORMAÇÃO POLÍTICA

Auto-emancipação  
e autonomia intelectual  
dos trabalhadores

6 AULAS  
ONLINE E  
6 AULAS  
PRESENCIAIS  
COM

**NILDO  
OURIQUES**

Professor no Departamento de Economia e  
Relações Internacionais da Universidade Federal  
de Santa Catarina (UFSC). Presidente do IELA.



FUNDAÇÃO  
**NHANDÉ  
KUEIRI**



CONCURSO

# 1º Prêmio Sintergs de Jornalismo reconhece trabalho da imprensa

Foto: Andréa Graiz



Vencedores e equipe do Sintergs comemoram o sucesso da iniciativa, que teve mais de 40 trabalhos inscritos

A diversificação dos trabalhos e dos veículos de imprensa tradicional e alternativa, da Capital e do Interior, marcou o 1º Prêmio Sintergs de Jornalismo. Repórteres do Correio do Povo, de Zero Hora, do site Sul21 e do podcast Bendita Sois Vós conquistaram o primeiro lugar nas categorias Impresso, Fotografia, On-line e Eletrônico, respectivamente. Os vencedores foram conhecidos em cerimônia realizada dia 12 de maio, na sede do sindicato, em Porto Alegre.

“A missão do jornalismo de informar as pessoas ganha cada vez mais relevância nestes tempos obscuros de propagação de inverdades. Com a criação do prêmio, reforçamos nosso apoio ao jornalismo sério e comprometido”, disse Antonio Augusto Medeiros, presidente do Sintergs, ressaltando que a imprensa é fundamental para informar sobre a importância do trabalho dos servidores e a prestação de serviços públicos de qualidade.

Vera Daisy Barcellos, presidenta do Sindicato dos Jornalistas Profissionais do RS (Sindjors), disse que o Prêmio Sintergs de Jornalismo foi uma brilhante iniciativa do sindicato que abriga mais de cinco mil servidores no Estado. “Significou a valorização das ações do serviço público e, em especial, ressaltou a atuação dos profissionais da imprensa e, igualmente, fotógrafos pelos seus olhares e observações diferenciados”, afirmou.

O diretor de Comunicação do sindicato, Valdir Fiorentin, anunciou a segunda edição da premiação e destacou o trabalho dos jornalistas. “É muito bom vê-los produzindo conteúdo de grande relevância e com excelente qualidade técnica. Neste momento da história do Brasil, onde as fake news e a guerra de narrativas estão acirradas, vocês são a esperança de todos aqueles que acreditam na informação como caminho para a superação do ódio.”



# Vencedores do 1º Prêmio Sintergs de Jornalismo:

## CATEGORIA IMPRESSO

### 1º lugar | **Mauren Xavier**

Correio do Povo, caderno + Domingo

Trabalho: *Descrença na carreira – Ainda vale a pena ser servidor público?*

### 2º lugar | **Danton Júnior**

Correio do Povo, caderno Correio Rural

Trabalho: *Abates clandestinos desafiam fiscalização*

### 3º lugar | **Rafael Gloria**

Jornal do Comércio, caderno Viver

Trabalho: *Os tesouros da Biblioteca Pública do Estado*

## CATEGORIA ON-LINE

### 1º lugar | **Luís Gomes**

Sul21

Trabalho: *Desde 2016, RS perdeu 17,6% de servidores na ativa: 'Estado não quis ficar comigo'*

### 2º lugar | **Danton Júnior e Carolina Pastl**

Correio do Povo

Trabalho: *Colmeias ameaçadas*

### 3º lugar | **Eduardo Pinzon**

GauchaZH

Trabalho: *Por que Porto Alegre tem uma das maiores taxas de infecção por sífilis do Brasil*

## CATEGORIA ELETRÔNICO

### 1º lugar | **Tércio Saccol**

Podcast Bendita Sois Vós

Trabalho: *Servidores públicos entre a exaustão e a retórica*

### 2º lugar | **Eduardo Matos**

Rádio Gaúcha

Trabalho: *Desarticulada quadrilha que vendia carne de cavalo como se fosse de gado no RS*

### 3º lugar | **Rodrigo D'avila**

Rádio Comunitária, de Frederico Westphalen

Trabalho: *Um sentinela em defesa da saúde dos gaúchos*

## CATEGORIA FOTOGRAFIA

### 1º lugar | **Jefferson Botega**

Zero Hora

Trabalho: *Refúgio Cinzento*

### 2º lugar | **André Ávila**

Zero Hora

Trabalho: *Patrimônio Intocado*

### 3º lugar | **Jorge Leão**

Brasil de Fato RS

Trabalho: *Veja como você vai pagar a conta da reforma administrativa*

**Comissão julgadora** - A análise dos trabalhos passou por comissão constituída por representantes do Sindicato dos Jornalistas Profissionais do RS (Sindjors), da Associação Riograndense de Imprensa (ARI), da Associação dos Repórteres Fotográficos e Cinematográficos do Estado (Arforc-RS). Também integraram o grupo representante da assessoria de comunicação do Sintergs e da diretoria de Comunicação do sindicato, um jornalista de referência no mercado que não atua em veículo de comunicação e um jornalista servidor associado ao sindicato.

## IPE SAÚDE

# Leite e Ranolfo concretizaram desmonte

O IPE Saúde vem sofrendo há anos com problemas no atendimento aos seus usuários, mas foi no governo Leite/Ranolfo que o maior prestador de serviço de saúde do RS sofreu o maior desmonte de sua história. Nos últimos quatro anos, o Sintergs viu a angústia de seus associados crescer frente à precarização que se aprofundou com a suspensão dos pagamentos aos hospitais.

“Para salvar o IPE Saúde, é necessário que o Estado e os governantes parem de prejudicar o sistema, eliminando todas as possibilidades de fraudes, cumprindo a legislação e pagando a dívida”, enfatiza o vice-presidente do Sintergs, Danilo Krause. A principal fonte de receita são os descontos feitos na folha de pagamento. Cada segurado contribui com 3,1% do

salário. Para cada servidor, o governo faz uma contrapartida de igual valor.

Outras fontes de custeio são os imóveis que o Estado se apropriou do Fundo de Assistência à Saúde e os descontos feitos nos precatórios dos servidores, quando há o pagamento destes – vale ressaltar que o Estado também se apropriou destes recursos.

A não reposição inflacionária dos salários dos servidores, que estão há oito anos contabilizando perdas exorbitantes no poder de compra, é uma das políticas de governo que contribui para que a autosustentabilidade do IPE Saúde não seja mantida. As dívidas de R\$ 3,4 bilhões que as entidades estaduais têm junto ao sistema também prejudicam a solidariedade do sistema.

# Ato reúne mil trabalhadores em Porto Alegre

Cerca de mil servidores participaram de ato contra o desmonte do IPE Saúde e por salários dignos, em 24 de abril, na Capital. A mobilização começou em frente ao prédio do IPERGS. Depois, os trabalhadores caminharam até a Praça da Matriz. “Vamos transformar a nossa indignação em movimento e mobilização”, disse o presidente do Sintergs, Antonio Augusto Medeiros. Representantes da Frente dos Servidores Públicos do RS também discursaram.



Foto: Bruna Karpinski

# Manifesto cobra reabertura de unidade do IPE

Cem pessoas, entre representantes de servidores estaduais e municipais, participaram de abraço simbólico ao prédio onde funcionava o IPE em Cachoeira do Sul, no dia 5 de maio. O objetivo foi

pressionar pela volta dos atendimentos por meio da cedência do prédio para a prefeitura. Gilmar Luiz Colombelli, representante regional do Sintergs, participou do ato.

NA LUTA

## Protesto por reposição e reestruturação

Fotos: Karen Viscardi



Funcionários de diversas secretarias participaram de atos no CAFF e no Palácio

Mais de 200 servidores participaram de mobilização para cobrar a reposição das perdas e o andamento do projeto de reestruturação das carreiras. O ato reuniu trabalhadores de diversas secretarias da Capital, da Região Metropolitana e do Interior. O protesto ocorreu no dia 15 de dezembro de 2021, no CAFF, em Porto Alegre. “Estamos em luta e em movimento por reconhecimento, por aquilo que é nosso direito. São mais de sete anos sem reposição da inflação e uma perda de mais da metade do nosso poder de compra”, disse o presidente do Sintergs, Antonio Augusto Medeiros.

No dia 28 de março, dezenas de servidores protestaram em frente ao Palácio Piratini contra o descaço de Eduardo Leite. Os manifestantes também pressionaram pela reestruturação das carreiras. Os servidores pediram que o governador recebesse a direção do sindicato. Mas a resposta, mais uma vez, foi frustrante. O ofício foi recebido por um assessor. No documento destinado ao secretário Artur Lemos, o Sintergs reiterou as solicitações referentes ao projeto de reestruturação apresentado pelo Sintergs. No mesmo dia, Eduardo Leite anunciou sua saída do governo do Estado.

Foto: Bruna Karpinski



Obra é um convite ao cuidado com as pessoas, à defesa da natureza e à igualdade racial

## Inauguração de arte urbana teve mobilização do Sintergs

Uma obra de arte que mede 65 metros de altura e 15 metros de largura feita pelos artistas Mona Caron, da Suíça, e Mauro Neri, de São Paulo, foi inaugurada em janeiro de 2022, em Porto Alegre. Com o apoio de mais de cem entidades, entre elas o Sintergs, o painel foi pintado no prédio do DAER-RS e PGE-RS.

Os artistas nos trazem vida, eles nos fazem pensar, nos desaco-

modam”, disse Beatriz Gonçalves Pereira, liderança do bairro Arquipélago da Ilha da Pintada e modelo da obra de arte. O objetivo do projeto é estimular a arte urbana e influenciar a comunidade a refletir sobre temas da atualidade.

A diretora do sindicato, Raquel Fiori, e o na época diretor, Nelcir André Varnier, prestigiaram o evento e distribuíram panfletos da campanha salarial do sindicato.

## ESPAÇO JURÍDICO

# TJ reconhece direito dos aposentados à GECAP

O Sintergs obteve uma importante vitória judicial. O Tribunal de Justiça do Rio Grande do Sul (TJRS) reconheceu que os especialistas em saúde que se aposentaram pelas regras da paridade constitucional e concluíram curso lato sensu ou stricto sensu até a data da aposentadoria têm direito a receber a

Gratificação de Estímulo à Capacitação (GECAP), incluindo parcelas retroativas. Os servidores que ainda não recebem GECAP poderão requerer administrativamente a gratificação na aposentadoria. Já o pagamento das parcelas retroativas deverá ser solicitado em ação judicial.

### 1) Orientações para quem ainda não recebe GECAP

Entre em contato com o Sintergs para solicitação do formulário de pedidos administrativos relativos à implantação da GECAP pelo e-mail

[cjuridico@sintergs.com.br](mailto:cjuridico@sintergs.com.br)

ou pelo telefone (51) 3025-001.

### 2) Orientações para requerer parcelas em atraso

Entrar em contato com o escritório Japur Advogados, que assessora o Sintergs:

[contato@japuradvogados.com.br](mailto:contato@japuradvogados.com.br);

[fernandavicari@japuradvogados.com.br](mailto:fernandavicari@japuradvogados.com.br)

Informações pelo telefone (51) 3024-6885.

# Justiça pressiona governo a avançar nos acordos dos precatórios

O Tribunal de Justiça do Rio Grande do Sul (TJRS) intimou a Procuradoria Geral do Estado (PGE) no mês de julho para efetivar os acordos de precatórios até o final deste ano. Dos 67 mil credores, 36 mil manifestaram interesse em negociar os 40% de deságio para receber o que o Estado lhes deve. Destes, 6 mil com previsão de pagamento até o orçamento de 2014 foram selecionados para celebrar acordo, mas estão em compasso de espera.

Segundo Danilo Krause, vice-presidente do

Sintergs, o Estado tem recursos disponíveis para iniciar os pagamentos. São mais de R\$ 500 milhões em caixa, além da destinação obrigatória de 1,5% da receita líquida, o que representa mais de R\$ 65 milhões por mês.

“A determinação da Justiça é que 50% dos pagamentos sejam por ordem cronológica e 50% para os que assinaram acordo, mas não é o que vem ocorrendo. Só estão pagando os superpreferenciais, ou seja, pessoas acima de 60 anos”, critica o dirigente do sindicato.

# Servidor pode participar de atividades sindicais, diz STF

Foto: Fabio Rodrigues Pozzebom / Agência Brasil



O Supremo Tribunal Federal (STF) confirmou a decisão do Tribunal de Justiça do Estado do RS (TJRS), que restabeleceu o direito do servidor de participar de assembleias e atividades sindicais. O julgamento ocorreu em 1º de dezembro de 2021. Em outubro

de 2020, o TJRS havia considerado inconstitucional o dispositivo que revogou o inciso XVI, do artigo 64, da Lei Complementar Estadual nº10.098/94.

“É uma grande vitória, afinal, o projeto do Eduardo Leite impedia a organização sindical, pois está-

vamos impossibilitados até mesmo de realizar assembleias em horário de trabalho. Esta decisão restabelece este direito e demonstra os atos inconstitucionais do governador”, explica o diretor de Comunicação do Sintergs, Valdir Fiorentin.

Os servidores que pretendem participar de assembleia ou atividade sindical devem requerer previamente a liberação para evitar prejuízos à efetividade e à remuneração. Porém, o governo ainda pode interpretar que determinado evento não caracteriza atividade sindical e recusar a liberação. Por isso, a importância da solicitação prévia e, em caso de negativa, informar o sindicato.

# Sintergs entra na Justiça para agilizar conversão do tempo especial em comum

O Sintergs entrou em 16 de maio com um mandado de segurança coletivo no Tribunal de Justiça para assegurar um prazo razoável para análise e decisão dos pedidos administrativos que tratem da conversão

de tempo especial em comum. A medida foi adotada após inúmeros relatos de associados sobre a demora na deliberação do governo.

O direito dos servidores públicos de converter o tempo especial

em tempo comum para fins de concessão de aposentadoria e benefícios previdenciários foi assegurado após decisão do Supremo Tribunal Federal (STF), em agosto de 2021, que julgou o chamado Tema 942.



**ARTIGO**

Foto: Carlos Macedo



**Raquel Fiori**  
Diretora do Sintergs

## A luta da mulher no espaço sindical

A história mostra a luta das mulheres por respeito, pelo direito de participar de espaços decisórios e contra tutela e subordinação em sítios de influência masculina. Em 1910, a professora e jornalista alemã Clara Zetkin propôs a criação de uma jornada de manifestações, movimento que originou o 8 de Março. O Dia Internacional da Mulher deu visibilidade às reivindicações das mulheres trabalhadoras oprimidas nas fábricas.

Mais de um século depois, a historiografia tem poucos relatos do protagonismo feminino em lutas sindicais. Uma das exceções é a paraibana Margarida Alves, cuja morte deu origem à Marcha das Margaridas. Isso ocorre devido à invisibilidade imposta pelos espaços estritamente masculinos.

No final da década de 1970, o novo sindicalismo incorpora pautas de igualdade. A partir dos anos 1980, grupos organizados de mulheres passam a discutir temas como sexualidade e direito do trabalho e igualdade no casamento. Nas centrais sindicais, surgem comissões e secretarias específicas para discutir a questão de gênero. Mas até hoje, não somente o fato de ser mulher dificulta a participação nos movimentos. Outros tipos de preconceito, como racismo e homofobia, excluem minorias da ação sindical.

Neste contexto, o Sintergs lançou em 8 de Março a Comissão de Políticas Afirmativas. Grupos de trabalho irão discutir sobre diversidade sexual, igualdade racial e representatividade feminina no combate ao machismo estrutural. Este comitê irá

alertar a sociedade para que não se esqueça que as mulheres arcam com a dupla jornada de trabalho: o produtivo e, em âmbito doméstico, o reprodutivo. Além de serem vítimas de feminicídio, crime que vem crescendo durante a pandemia.

A luta política dos movimentos feministas está inserida nos processos de educação e formação para transformação social. Também busca o reconhecimento das desigualdades na relação homem e mulher como uma injustiça social. É preciso que seja dada legitimidade e atenção a este ponto central do sindicalismo, tendo em vista que as mulheres constituem a metade dos trabalhadores sindicalizados no Brasil e suas demandas merecem assumir protagonismos nos sindicatos para fortalecer a política no país. ■

## DIVERSIDADE

# Sintergs lança comissão de políticas afirmativas

Pensando em conscientizar o funcionalismo e a sociedade, o Sintergs lançou uma comissão de políticas afirmativas no Dia da Mulher (8/3). O sindicato acredita que estas causas são lutas políticas e precisam estar inseridas nos processos de formação da base para a transformação social. “A ideia é discutir e pensar ações sobre diversidade, igualdade e representatividade”, explica a diretora do Sintergs, Angela Antunes, uma das idealizadoras da iniciativa.

Por meio de grupos de trabalho, a intenção é fomentar o debate dentro do movimento sindical por meio de representantes. Tam-



Andre Feltes/ Divulgação Sintergs

Projeto visa apoiar a luta por diversidade, igualdade e representatividade

bém será aberto espaço para aproximar servidores que enfrentam preconceito. Raquel Fiori, diretora do Sintergs, enfatiza a importância

do projeto já que a paridade nos cargos de direção e nas ações políticas faz parte do planejamento estratégico do sindicato.

# Bate-papo aborda educação, literatura e filosofia

Foto: Bruna Karpinski



Ativista defende o fortalecimento dos serviços para ampliar rede de apoio

No mês do Orgulho LGBTQIA+, o Sintergs promoveu uma roda de conversa com o tema Diversidade na Administração Pública. A convidada especial foi a educadora e escritora Atena Beauvoir Roveda, ativista das causas do movimento

trans. Educação, literatura, filosofia, conscientização, preconceito e cotas no serviço público foram alguns dos assuntos abordados no encontro, que ocorreu no dia 23 de junho, na sede do sindicato. A iniciativa foi do Diversidade Sintergs, grupo

criado pelo sindicato para trabalhar com políticas afirmativas.

Segundo a ativista, que é licenciada em Filosofia pela UFPEL e mestranda em Antropologia pela UFRGS, é preciso dar apoio ao trabalhador e à trabalhadora dos espaços públicos. “A gente tem que dar conta de compreender o esforço que os servidores públicos fazem para manter a mínima qualidade. Fortalecendo os servidores públicos, às vezes a gente fortalece uma política de assistência, de atendimento e de permanência da população LGBT nestes espaços de saúde, de educação e de segurança pública”, disse Atena.

## RESPONSABILIDADE SOCIAL

# Sindicato doa cestas básicas e absorventes no 8M

O Sintergs participou da programação unificada pelo Dia Internacional da Mulher em Porto Alegre - o chamado 8M. A pauta principal do movimento deste ano foi pela vida das mulheres, por um Brasil com trabalho digno, sem fome, sem violência, sem racismo e sem LGBTfobia. O objetivo do 8M foi dar visibilidade às lutas das trabalhadoras de todas as idades, etnias, orientações sexuais, identidades de gênero e origens.

Participaram da organização cerca de cem coletivos de mulheres, sindicatos e centrais sindicais. Foram realizadas ações durante todo o dia, com manifestações culturais e políticas e, nos dias subsequentes,



Movimento unificado promoveu marcha pelo Dia da Mulher

foram entregues as doações. O Sintergs apoiou o projeto com R\$ 946,60 para a compra de absorventes e de cestas básicas.

Parte dos alimentos foram entregues no dia 10 de março, no acampamento dos estudantes indígenas. Também receberam

apoio as Cozinhas Comunitárias São Francisco e Brasileirinhos da Lomba do Pinheiro e a ONG Maria Mulher. Os absorventes foram entregues para a Associação Maria da Glória no Morro da Cruz, Preta Velha da Cruzeiro e ONG Sobre Nós.

## Três associações foram beneficiadas na Páscoa

Na Páscoa, o Sintergs comprou doces e distribuiu para três entidades: Associação de Mulheres Solidárias da Grande Cruzeiro (Assmosul), Associação Comunitária Parque dos Maias (Acopam) e Associação dos Moradores do Vale do Salso (Amovas).

A entrega para as crianças dos chocolates, balas e pirulitos ocorreu durante as ações organizadas pelas entidades em comemoração à Páscoa,

em 17 de abril. A diretora do Sintergs, Angela Antunes de Souza, explica que a decisão de dividir a doação entre três instituições foi para ampliar o número de crianças beneficiadas.

“Todas são entidades que desenvolvem um trabalho de referência para suas comunidades, o que é fundamental em tempos onde muitos perderam trabalho e renda”, afirma a dirigente.



Acopam, no Parque dos Maias, recebeu apoio do sindicato



**acolhe**  
SINTERGS

# Já conhece o Acolhe Sintergs?

**O Acolhe Sintergs é um serviço oferecido pelo sindicato para auxiliar nos processos administrativos de encaminhamento de concessão de pensão por morte junto ao IPE Prev.**

A iniciativa, lançada há um ano, auxilia familiares de associados falecidos nas solicitações de pensão por morte de associados. O objetivo é ajudar nos trâmites burocráticos quando ocorre a perda de um ente. No Estado, a pensão por morte do IPE Prev é concedida aos dependentes do segurado, conforme Lei nº 7.672/1982.

“Quero agradecer ao Sintergs todo o apoio e ajuda que precisei desde o falecimento de meu marido Verney Martins (um dos fundadores do sindicato). Foram incansáveis comigo, me auxiliando em todos os trâmites legais que se fazem necessários. Obrigada a todos.”

**Lúcia Martins**

## Como acessar o Acolhe Sintergs

Entre em contato com o sindicato  
E-mail: [acolhe@sintergs.com.br](mailto:acolhe@sintergs.com.br)  
WhatsApp: (51) 98512-5386





## O Sindicato que defende seus direitos também garante muitos benefícios.

### O que é Masterclin?

É um cartão de apresentação que proporciona vantagens e economia direta ao usuário no momento da aquisição de produtos e serviços.

### Como utilizar os benefícios?

O beneficiário deve conferir em nosso site ou APP na aba "parceiros".

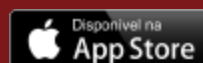
### Onde utilizar?

São mais de **10.000** estabelecimentos credenciados: lojas físicas, comércios online e serviços em geral.



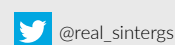
Central MasterClin: **4020.3020** Capitais e Reg. Metropolitanas **0800.645.2015** Demais localidades | [contato@masterclinvantagens.com.br](mailto:contato@masterclinvantagens.com.br)

Saiba mais pelo **site** ou baixe o **App Masterclin**.



#### Direção SINTERGS (Gestão 2020/2022):

**Antônio Augusto Rosa Medeiros** - Diretor-Presidente  
**Elpídio Jacques de Borba** - Diretor 1º Vice-Presidente  
**Daniilo Luiz Krause** - Diretor 2º Vice-Presidente  
**Angela Antunes de Souza** - Diretora 1º Secretária  
**Joanes Machado da Rosa** - Diretor 2º Secretário  
**Daniel Lima Gonzaga** - Diretor Financeiro  
**Francisco Menegat** - Diretor Financeiro Adjunto  
**Guilherme Toniolo** - Diretor de Política Salarial  
**Humberto Perielo** - Diretor Setorial, de Assuntos Funcionais e de Qualificação Técnica  
**Valdir Bandeira Fiorentin** - Diretor de Comunicação  
**Nelcir André Varnier** - Diretor de Assuntos Regionais e Setoriais  
**Raquel Fiori** - Diretora de Assuntos Previdenciários e Saúde



Rua José de Alencar, 1089 | CEP 90880-481 | Porto Alegre - RS  
| Fone: 51 3025.0011 | [sintergs@sintergs.com.br](mailto:sintergs@sintergs.com.br)

[www.sintergs.org.br](http://www.sintergs.org.br)

**Coordenação:** Valdir Bandeira Fiorentin  
**Edição e Textos:** Bruna Karpinski e Karen Viscardi  
**Projeto Gráfico e Diagramação:** Agência Bongô  
**Tiragem:** 7.000 exemplares